

Pensamento e ciência social no pós-1964: da crítica classista e afrocentrada do dualismo ao seu resgate

[Thought and social science in the post-1964 period: from the classist and afrocentric critique of dualism to its rescue

Marco Antonio Perruso¹

Guilherme Pessoa²

Agradecemos aos pareceristas pelas valiosas sugestões, as quais aprimoraram o presente artigo.

RESUMO • Abordam-se, neste texto, as ciências sociais no pós-1964 e a recorrência do dualismo analítico nas interpretações do Brasil. Revisita-se o pensamento dos anos 1970-1980 que observou os movimentos populares, bem como o pensamento afro-brasileiro. São resumidas as mudanças na década de 1990, com destaque para a centralidade das políticas públicas, entendida como um retorno ao dualismo em nosso pensamento. Analisando marcadores sociais de classe, raça e gênero de autores canônicos, sugere-se uma explicação para a história das interpretações do Brasil, alterada radicalmente no final do século.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Pensamento social brasileiro; pensamento afro-brasileiro;

dualismo. • **ABSTRACT** • The article addresses the social sciences after 1964 and the recurrence of analytical dualism in interpretations of Brazil. The article revisits the thought of the 1970s and 1980s, which observed popular movements, as well as Afro-Brazilian thought. The changes in the 1990s are summarized, with emphasis on the centrality of public policies, understood as a return to dualism in our thought. By analyzing social markers of class, race and gender of canonical authors, an explanation is suggested for the history of interpretations of Brazil, which changed radically at the end of the century. • **KEYWORDS** • Brazilian social thought; Afro-Brazilian thought; dualism.

Recebido em 20 de agosto de 2024

Aprovado em 19 de novembro de 2024

PERRUSO, Marco Antonio; PESSOA, Guilherme. Pensamento e ciência social no pós-1964: da crítica classista e afrocentrada do dualismo ao seu resgate. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10720.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10720

1 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Seropédica, RJ, Brasil).

2 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

Este artigo versa sobre o pensamento social e as ciências sociais nacionais pós-1964 sob o ângulo da presença de concepções dualistas e antidualistas nas interpretações a respeito do Brasil: as primeiras, confiantes na modernização do país (via Estado ou mercado), as segundas, formulando nossa problemática como modernização conservadora que tende a repor o atraso.

Para tanto, iniciamos revisitando a trajetória do pensamento social brasileiro dos anos 1970 e 1980, que se concentrou nas mobilizações políticas das classes populares enquanto eixo fundamental da mudança social e da democratização. Tal ênfase se justifica face ao alegado protagonismo de instituições estatais, axioma recorrente no nacional-desenvolvimentismo até então dominante, supostamente mais capazes de impulsionar a modernização brasileira. A mesma ênfase propicia distinguir nuances na produção intelectual de diferentes cientistas sociais, ora apostando na reconstrução da institucionalidade democrática, ora conferindo maior agência aos movimentos sociais, entendidos enquanto atores coletivos de extração popular. Assim procedemos partindo de Perruso (2009), bem como de material empírico pouco utilizado, constante em Perruso e Araujo (2015), consistindo de entrevistas de intelectuais acadêmicos partícipes das transformações por que passaram nosso pensamento e ciência social em anos posteriores ao golpe de 1964.

Logo após, apresentamos – à parte – uma síntese similar da trajetória do pensamento afro-brasileiro. Tal se justifica por sua própria invisibilidade, historicamente ensejada pelo racismo estrutural pós-escravidão, de maneira que foi diminuto o diálogo entre o pensamento social referido às classes populares e a produção intelectual oriunda dos movimentos negros no Brasil. A separação expositiva reflete – e assim denuncia – os obstáculos colocados à participação negra no “processo dialético do conhecimento” (MOURA, 2019, p. 52) relativo ao mundo das ideias no país.

A seguir, percorremos sucintamente as mudanças políticas e intelectuais que se deram no país a partir da década de 1990, com destaque para a centralidade das políticas públicas para nossas ciências sociais, a qual está referida à emergência do lulismo já no século XXI. Compreendemos essa jornada histórica como um retorno ao dualismo no pensamento social brasileiro, expresso numa revalorização da ação estatal sob nosso capitalismo periférico.

Por fim, mobilizando dados empíricos recolhidos em pesquisa da ordem da sociologia dos intelectuais, envolvendo marcadores sociais de classe, raça e gênero de autores considerados canônicos do pensamento nacional, traçamos determinado caminho explicativo para a história das interpretações sobre o Brasil. Esta secundarizou os movimentos de trabalhadores, mulheres, negros e indígenas como atores sociais autônomos, e não percebeu os múltiplos conhecimentos, científicos ou não, elaborados (às vezes pioneiramente) por seus intelectuais, notadamente no âmbito do pensamento afro-brasileiro. Tais conhecimentos dão continuidade a uma tradição fortemente crítica, tanto de nossa modernização como do dualismo analítico correlato. Tradição essa radicalizada no pós-1964 e que chegou a ser hegemônica no pensamento social em décadas seguintes ao golpe empresarial-militar.

A CRÍTICA AO POPULISMO E AO PARADIGMA ESTATAL-NACIONAL

Três fatores estruturam as mudanças do pensamento e das ciências sociais nacionais pós-golpe: o predomínio de um padrão universitário de atuação intelectual; a crítica à esquerda e ao nacionalismo predominantes no pré-64; e uma aproximação com o campo popular que viria a se constituir depois, via novos movimentos sociais e sindicais (PERRUSO, 2009).

Intelectuais em geral, cientistas sociais em particular, passaram então a fazer um ajuste de contas com os modelos teóricos hegemônicos no pré-64: o nacionalismo populista e o marxismo pecebista – ambos dualismos esperançosos na modernização brasileira conduzida pelo Estado. A respeito, o artigo de Francisco de Oliveira (1972) é paradigmático. Em fins da década seguinte, o encontro posterior com aqueles emergentes movimentos dos trabalhadores sensibilizou fortemente o campo acadêmico e funcionou como evidência empírica da tese antidualista da modernização conservadora: nosso problema não era o insuficiente desenvolvimento nacional, mas o próprio capitalismo periférico em que nos situamos, no qual o Estado cumpre papel fundamental. Já no fim do século passado Arantes (1996), revisa a trajetória das interpretações do Brasil sob esse eixo, mostrando a força histórica do dualismo bem como as formulações antidualistas que o desafiaram.

Nosso pensamento social estava a superar sua crise de identidade do imediato pós-1964 (VIANNA, 1986, p. 147), debruçando-se sobre novas temáticas populares antes subestimadas cientificamente. Não era mais inevitável considerar heterogênea e desarticulada nossa classe trabalhadora em razão da pretensa imaturidade do capitalismo brasileiro, que sempre ensinaria uma sociedade civil incoerente e, portanto, dependente da intervenção estatal manejada por intelectuais artífices da nação (SADER; PAOLI, 1986, p. 51). No lugar do Estado, os intelectuais passaram a valorizar a sociedade civil.

E o faziam com a autoridade acadêmica, dada a grande expansão de graduações e pós-graduações durante a ditadura militar, fenômeno que pode ser contraintuitivo, porém é típico da modernização conservadora devidamente percebida por lentes antidualistas. Mas ao mesmo tempo o faziam também como assalariados, expressando a profissionalização universitária das ciências sociais e humanas. Distanciavam-se,

ainda, do padrão isebiano prevalecente no nacional-desenvolvimentismo pré-64, em que os intelectuais entendiam cumprir uma função dirigente no país. Com o golpe, suas expectativas de vida e pretensões políticas foram abaladas, abrindo-se caminho para outro tipo de sensibilidade em relação às classes populares e à sociedade civil. Eram improváveis a identificação ou a cooptação pelo Estado, dada a natureza autoritária do regime (PÉCAUT, 1990, p. 259-271; VIANNA, 1986, p. 65-75).

Cientistas sociais engajados à esquerda não tiveram outra escolha senão a “adoção forçada de estratégias de racionalidade limitada e [a] adaptação forçada às condições de incerteza” (PÉCAUT, 1989, p. 282). Dificultava-se, pois, a assunção de um papel de vanguarda política como delimitado pelo marxismo ortodoxo (PERRUSO, 2009, p. 41). Os depoimentos de protagonistas dessa história, como a socióloga Vera da Silva Telles, iam na mesma direção:

A derrota de 1964, a repressão e o fechamento do espaço sindical, o “exílio nas fábricas”, os acontecimentos de 1968 são evidências de um tempo histórico que [...] desmontava as [...] referências instituídas do pensamento e da ação política. Daí que a “introjeção no mundo cotidiano” enfatizada por tantos que trataram do período pode ser pensada como algo mais que um resultado objetivo das condições impostas pelo autoritarismo. [...] significava uma experiência tão nova em relação às tradições políticas conhecidas que passava a exigir novos códigos e novas palavras para tornar possível pensar o presente e reabrir o futuro, enquanto horizonte de ação. (TELLES, 1988, p. 256-257).

Ao mesmo tempo, renovava-se a atuação política dos intelectuais, sob outras condições: por meio da universidade, das nascentes ONGs, das Comunidades Eclesiais de Base, de partidos políticos novos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e, principalmente, via movimentos sociais e sindicais. No mesmo período, as esquerdas brasileiras passavam por significativas transformações e dissidências. Questionava-se radicalmente o etapismo e a acomodação ao populismo trabalhista, característicos da política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no imediato pré-64 – o que já se ensaiava antes do golpe, aliás. O renascimento das lutas populares pouco mais de uma década depois estaria a confirmar os desígnios de uma nova intelectualidade de esquerda, caso do sociólogo e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Ricardo Antunes: “Eu via no nascimento do novo sindicalismo [...] o renascimento da luta social que negava na concretude as teses, digamos assim, reformistas do PCB”; e mais: “Daí a ironia do Lula hoje ser o herdeiro do Getúlio. Mas o Lula recusava o getulismo como o movimento operário do ABC paulista fazia, com autonomia” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 288; p. 290)

Outros estudiosos da sociedade civil de extração popular também apontavam que nossas classes populares não agiam conforme as prescrições analíticas pecebistas, como José Álvaro Moisés, sociólogo da USP: “A ideia era escapar do mecanicismo usual da ortodoxia marxista, segundo a qual à classe trabalhadora e à realidade da dominação deveria se seguir [...] a produção da consciência de classe, de organização” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 165)

Nesse ponto, criticavam igualmente a subsunção de muitos movimentos

populares aos interesses de governos nacional-desenvolvimentistas do período anterior ao golpe. Tal diagnóstico era comum tanto a intelectuais radicados em São Paulo – os sociólogos e educadores Pedro Jacobi (USP) e Maria da Glória Gohn (Unicamp), o economista Paul Singer (USP) – como no Rio de Janeiro (o urbanista e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos) e em outros locais (a socióloga Ilse Scherer-Warren, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) (PERRUSO, 2009, p. 199-202). A respeito, Ilse Scherer-Warren afirmava:

A pausa em termos de organização da sociedade civil, que ocorreu imediatamente após 1964, de forma mais geral pode representar o marco de separação entre o que se denomina movimentos sociais tradicionais e o surgimento de novas formas de organização ou o novo caráter de algumas das antigas organizações populares, pois algumas [...] continuam presas a suas formas tradicionais de atuação (clientelísticas, assistenciais e autoritárias). Sem dúvida, esta separação entre o “tradicional” e o “novo” é uma construção que atende fins heurísticos. Os movimentos sociais concretos expressam de forma variada, e em maior ou menor grau, a continuidade ou descon-tinuidade em relação à cultura política tradicional. (SCHERER-WARREN, 1987, p. 41).

A mesma crítica se fazia ao velho sindicalismo em relação ao novo, como se verifica em relatório, datado de 1986, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), um dos principais centros intelectuais dedicados à investigação do movimento operário brasileiro, versando sobre a mediação que o Estado fazia (e faz até hoje) nas relações sindicais:

[...] na percepção das tendências hegemônicas no período – PCB e PTB –, essa dinâmica era a que mais favorecia os trabalhadores, considerados como o lado mais fraco na relação entre o trabalho e o capital. [...] A mediação do Estado e as decisões da Justiça, na visão das lideranças sindicais, propiciavam mais vantagens aos trabalhadores que o que poderiam obter através de sua própria capacidade de pressão em negociação direta com o patronato. (apud PERRUSO, 2009, p. 82).

Na mesma linha de argumentação, o sociólogo Vinícius Caldeira Brant, pesquisando pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), assegurava: “Nas diversas ocasiões em que o movimento sindical pôde manifestar maior independência ou autonomia, ele não o fez graças à proteção das leis, mas apesar delas” (BRANT, 1980, p. 44). Já o cientista social Arnaldo Mazzei Nogueira (USP) registra: “O meu alvo de crítica não era só o sindicato dos metalúrgicos [de São Paulo], mas era a atuação do PCB nele. Quem leva um projeto de modernização conservadora [...] é o PCB dentro do sindicato” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 114).

Construía-se coletivamente uma nova interpretação do Brasil, alicerçada nas movimentações das classes populares. Nas palavras da já citada Telles, em seu memorial para o provimento do cargo de professora doutora na USP duas décadas depois, desestabilizava-se “todo um mundo de evidências e certezas pelas quais a história desse país fora até então contada, narrada e explicada nas suas determinações e origens históricas” face à “presença de sujeitos coletivos, dotados

de capacidade de autonomia e auto-organização, ali onde se acreditava impossível acontecer” (apud PERRUSO, 2009, p. 91).

Tal construção não se deu sem polêmicas e nuances significativas, envolvendo debates onde os legados pecebista e isebiano eram rejeitados – pelo cientista político uspiano Francisco Weffort e outros professores – ou preservados – pelo sociólogo do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e militante do PCB Luiz Werneck Vianna e pelos cientistas políticos uspianos Carlos Estevam Martins, que fora do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), e Maria Hermínia Tavares de Almeida, entre outros (SORJ, 2001, p. 56-57).

De qualquer modo, os problemas inerentes a um pensamento social brasileiro renovado por meio de um ajuste de contas com o passado populista e seu paradigma estatal-nacional eram reconhecidos pelos protagonistas de tal renovação. A antropóloga uspiana Ruth Cardoso (1983, p. 225), no calor daqueles acontecimentos, alertava para o risco de atribuir-se “uma essência democrática ao que vem do povo ou autoritária ao que vem do Estado”. O perigo de romantizar as classes populares era visível, sendo apontado até pelos intelectuais que mais apostavam nos movimentos populares como chave maior para pensar – e mudar – o país:

Manifestações incapazes de incidir sobre a institucionalidade estatal – antes interpretadas como sinal de imaturidade política – começam a ser valorizadas como expressão de resistência, de autonomia e criatividade. [...] [Havia] uma crise dos referenciais políticos e analíticos que balizavam as representações sociais sobre o Estado e a sociedade [...]. É no quadro dessa crise que intelectuais [...] deixam de ver o Estado como lugar e instrumento privilegiados das mudanças sociais e começam a enfatizar uma polarização – às vezes maniqueísta – entre sociedade civil e Estado. (SADER, 1986, p. 32-33).

Em balanço posterior, Bernardo Sorj conclui no mesmo sentido, aprofundando o viés crítico:

A valorização dos movimentos sociais e das novas lideranças originadas na classe operária foram importantes no surgimento de uma ciência social que não se considerava porta-voz da “nação”. [...] Mas se essa crítica teve seus aspectos positivos, foi usada também para legitimar a tendência a desconsiderar ou descartar o pensamento social brasileiro do passado por sua associação com uma postura autoritária, e a utilizar a “classe social” como *a priori* explicativo universal. (SORJ, 2001, p. 89).

Contudo, a réplica a esse tipo de argumentação já se colocava anos antes:

Não foram poucos, nos anos que se seguiram, que denunciaram a falácia de uma ideia de sociedade contra o Estado, tal como dois polos contrapostos, um visto como lugar da liberdade e o outro, como lugar da opressão. Porém, há nessa imagem algo mais que uma ilusão de ótica que, com o recurso da análise, poderíamos reverter. Pois há nela os sinais de uma experiência histórica na qual a violência e a exclusão política apareciam como fatos determinantes, de tal modo que, frente ao Estado, visto como polo opressor comum, a sociedade aparecia como alternativa política [...]. (TELLES, 1988, p. 280).

Outro protagonista desse processo, Álvaro Moisés chama atenção para o peso do nosso pensamento do passado que então se enfrentava: “toda uma tradição ensaística brasileira muito forte [...] que apresentava uma leitura da sociedade brasileira, afirmando que ela é desossada, não tem espinha dorsal. [...] uma visão sem dúvida autoritária e conservadora”, destacando justamente a novidade introduzida: “Sempre faltou o povo [...] a grande contribuição dessa literatura dos movimentos sociais, do movimento sindical [...] foi [...] mostrar que a sociedade, por razões próprias [...] tinha capacidade de organização” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 182). A “contraposição da tese do amorfismo social” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 182) ora oferecida, centrada exatamente na agência das classes trabalhadoras nacionais, consubstanciou essa nova interpretação do Brasil, que viria a ser consagrada e realimentada pela enorme presença popular na cena política dos anos 1970 e 1980, quando se reconstrói nossa democracia (SADER; PAOLI, 1986, p. 57-59). Assim que tal presença refluí, nas décadas posteriores, o prestígio intelectual e político da nova orientação interpretativa decai também, como ainda veremos.

MOVIMENTOS SOCIAIS E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Decerto essa leitura do país tendia a fazer tábula rasa do pensamento brasileiro anterior. E era uma novidade não apenas por ser elaborada por professores e pesquisadores assalariados, o que já abria caminho à valorização do mundo do trabalho, em desfavor do mundo político dos *statemakers* do passado. Ancorando uma interpretação do Brasil na movimentação ativa das classes populares, afirmava-se ainda que a sociedade brasileira ameaçava romper, de baixo para cima, os pactos sociopolíticos mais ou menos modernizantes que excluía ou subalternizavam trabalhadores, mulheres, negros e indígenas – tanto os liderados por liberais como por nacionalistas (autoritários ou progressistas). O dualismo era questionado no campo das ideias analogamente ao fato de movimentos sociais e sindicais dos anos 1970 e 1980 estarem a desafiar os padrões de nosso capitalismo periférico, que combinava desigualmente atraso e modernidade. Daí também essa leitura ser compartilhada por intelectuais que se identificaram logo a seguir com o PT – em oposição aos que se aproximavam do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (PERRUSO, 2009, p. 246-247).

Para os que pensavam o Brasil a partir do novo sindicalismo e dos novos movimentos sociais, a ênfase exclusiva na reconstrução das instituições democráticas atualizaria velhos pactos sociais promovidos pelas classes dominantes de maneira a tutelar as classes populares. (PERRUSO, 2009, p. 57). Marco Aurélio Garcia (1982, p. 27), professor de história da Unicamp, então pontuava: “a classe operária sempre ocupou um lugar secundário na historiografia brasileira”. E atacava seus colegas intelectuais do MDB, denunciando que os trabalhadores eram assimilados “ao projeto liberal de ‘redemocratização’”, passando a ser encarados “como mais uma ‘variável’ deste processo, o mais novo componente desta sociedade civil onde as classes se diluem, onde todos os gatos são pardos” (GARCIA, 1982, p. 12).

Criticando Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier, Wanderley

Guilherme dos Santos e outros – qualificados genericamente por Florestan Fernandes (1977, p. 246) como “ideólogos do gradualismo” e “campeões do Estado de Direito” –, Garcia defendia a redemocratização brasileira sob o ângulo de uma sociedade civil de extração popular, cuja investigação científica trazia ganhos inovadores para a ciência e pensamento sociais:

[...] para a oposição consentida as lutas operárias deviam se deter na porta da fábrica, aí fazendo baldeação para o trem democrático burguês da luta pelo Estado de Direito. [...] Esquecia-se [...] anos de solitária resistência operária nas fábricas e o fato de que esta resistência trazia consigo novos elementos para a discussão sobre a democracia no Brasil.

No seu fazer(-se) a classe experimentou (quantas vezes?) a intransigência dos patrões – muitos “progressistas” e “democratas” e chamados a integrar o futuro pacto – e viu suas lutas emperradas por leis e instituições do Estado de Direito abatido pelos militares de 64. Daí fluía, pois, a necessidade de constituição de um quadro político novo, de busca de uma democracia substancialmente distinta, onde as lutas específicas cruzassem efetivamente a porta da fábrica e desenvolvessem na vasta arena social todas suas potencialidades, nela gerando direitos. (GARCIA, 1982, p. 13).

Deixando de lado concepções abstratas relativas à sociedade civil (que corriam o risco de suceder linearmente a outros conceitos totalizantes como Estado e Nação – para os nacionalistas – ou mercado – para os liberais), o pensamento social brasileiro abria-se, pois, à incorporação, com centralidade, da diversidade de expressões políticas e culturais das classes populares (PERRUSO, 2009, p. 55). Segundo a antropóloga Ruth Cardoso (1983, p. 215), as investigações sobre muitas dessas expressões movimentistas “foram uma rajada de ar fresco em nossa produção sociológica. O conhecimento sobre as classes populares não havia acompanhado as transformações por que passara nossa sociedade”. Não seria mais possível apagar tal diversidade “em nome de uma homogeneidade que se torna, no pensamento, precondição para a participação social e política desses grupos” (SADER; PAOLI, 1986, p. 46).

Combatia-se a tendência intelectual de tratar nossa heterogênea classe trabalhadora como mero epifenômeno, condicionada por fatores estruturais ou institucionais. Nesse sentido, afirma Ana Clara Torres Ribeiro, socióloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

Há uma alerta, uma chamada de atenção para fenômenos de extrema relevância para a compreensão do Brasil [...]. Creio que nós nos deslocamos da análise estrutural para a análise da ação. [...] E há um impacto imenso dessa literatura junto com os processos sociais em geral [...] [e] o reconhecimento de formas diferentes de organização social e formas diferentes de concepção [...] da ação do Estado. (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 84).

E, da mesma forma, Garcia (1982, p. 11): “O movimento operário não é reflexo de ‘estruturas’ econômicas ou políticas. Ele se autodetermina; sua racionalidade está no seu interior, na forma pela qual ele faz (e se constitui na) história, isto é, na luta de

classes”. E mais, o movimento sindical passava também a intervir decisivamente na cena pública, conforme o depoimento do sociólogo da USP Iram Jácome Rodrigues:

[...] ao lutar pela democratização aqui [...] os sindicalistas [...] conseguiram formalizar laços com setores da sociedade civil e, com isso, legitimar suas ações. [...] naquele momento muitos intelectuais ficaram absolutamente embevecidos com esse processo. Nós estávamos vivendo num deserto e depois temos toda a explosão desse movimento [...] de maneira geral, esse movimento sindical mudou a cara do Brasil, dentro de um processo que vem de 1964 para cá. (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 159).

Tal “inflexão fenomenológica” (PERRUSO, 2009) no pensamento brasileiro das décadas de 1970 e 1980, orientada para as classes populares, corresponde, como já dito, à emergência de movimentos sociais autônomos, que resistiam à tutela das elites ou do Estado – modalidade de dominação política referida à modernização conservadora em nossa sociedade.

Estamos diante de uma crise de interpretação, que se manifesta na necessidade histórica dessa mudança de perspectiva. [...] significa reconhecer como “sujeitos da história” e “sujeitos do conhecimento” os grupos e classes subalternos. Eles não foram admitidos na cena histórica em consequência de compromissos ideológicos – por parte das classes dominantes e dos próprios agrupamentos políticos progressistas e dos pesquisadores – com a ideia do progresso [...]. (MARTINS, 1989, p. 119).

Recusando o papel recorrentemente assumido pelos intelectuais brasileiros como demiurgos da nação, esse novo pensamento nacional opta por perceber o centro da cena pública sendo tomado pelos trabalhadores em movimento, que se rebelavam “contra o papel de objeto de interpretações alheias e, portanto, contra a posição dos cientistas sociais enquanto sujeitos que detinham a soberania da explicação” (SADER; PAOLI, 1986, p. 59)

Entretanto, o senso crítico sobre nossa formação social inerentemente desigual não se constituiu unicamente do pensamento nacional debruçado sobre os movimentos populares nas duas décadas precedentes à democratização. Uma interface sua seria explorada por outros intelectuais, muitas vezes fora do espaço acadêmico, até então pouco inclusivo no que concerne à população afro-brasileira.

PROTAGONISMO INTELECTUAL E POLÍTICO NEGRO NAS DÉCADAS POSTERIORES AO GOLPE

Diferentes gerações intelectuais compõem a militância protagonista do pensamento social negro e feminista negro no pós-1964. O acúmulo de distintas experiências políticas ligadas às expressões dos movimentos negros, entre as décadas de 1930 e 1960, por parte de intelectuais e ativistas como Abdias Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, José Correia Leite, Oswaldo de Camargo e Thereza Santos, bem como os diferentes caminhos em ambientes acadêmicos e movimentistas, trilhados

por eles, operaram como fatores significativos na reorganização das práxis negras em movimento durante a década de 1970.

Se é possível ter no refluxo do desenvolvimento histórico dos movimentos negros e na desarticulação de suas lideranças – ocasionados pela repressão ditatorial – dois fatores significativos para a alternância intergeracional das camadas sociais intelectualizadas e engajadas no ativismo político afro-brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 (GONZALEZ, 1982), é preciso destacar que tal desfiliação não se deu de forma completa ou definitiva.

Conscientizar a população afro-brasileira acerca do caráter sistemático do racismo e dos aspectos positivos da identidade política negra estava na ordem do dia da atuação de intelectuais engajados na luta antirracista da década de 1970. Direta ou indiretamente, tal setor intelectualizado assumiu um papel que já fora ocupado pelas gerações afro-brasileiras que lhes precederam na construção das experiências políticas e culturais dos associativismos negros na primeira metade do século XX: o de uma vanguarda intelectual. Ainda que tais intelectuais e ativistas tenham criticado o elitismo, o conservadorismo e as estratégias de negociação de seus predecessores com setores das elites intelectuais e políticas brasileiras em torno de um assimilacionismo – ora crítico, ora acrítico – da população afro-brasileira aos setores socialmente integrados da sociedade (DOMINGUES, 2007).

Intelectuais da primeira geração dos associativismos negros do pós-1964, como Amauri Mendes Pereira, Beatriz Nascimento, Edson Cardoso, Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez, Neusa Maria Pereira, Milton Barbosa, Regina Santos e Yedo Ferreira são figuras relevantes para a mobilização política dos movimentos negros nas décadas de 1970 e 1980, especialmente no que tange à busca pela unificação de projetos políticos de emancipação da população negra, cujo maior exemplo é o Movimento Negro Unificado (MNU).

O mesmo pode ser dito das afro-brasileiras que passam a construir formas autônomas de associação política, intelectual e cultural nos movimentos de mulheres negras. As já citadas Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Thereza Santos, bem como Edna Roland, Matilde Ribeiro e Sueli Carneiro, dentre outras, incidiram significativamente tanto na mobilização social quanto na produção de conhecimento acerca de nossa sociedade por parte de afro-brasileiras nas três últimas décadas do século passado.

Assim como o novo sindicalismo e os novos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, os movimentos negros e de mulheres negras do mesmo período representaram lugares sociais a inspirar a produção de interpretações do Brasil (PERRUSO, 2020). No que diz respeito aos impulsos criativos do pensamento afro-brasileiro, temos que sua massa crítica acumulada naquelas duas décadas caracteriza-se pela ênfase nas análises dos imbricamentos entre raça e classe em nossa sociedade. Também distantes do paradigma estatal-nacional antes vigente, essa intelectualidade negra engajada buscou pensar a situação específica da população afro-brasileira no seio da classe trabalhadora nacional. Assim procedia tendo como referência o mesmo horizonte de mudança social preconizado pelas novas forças de esquerda. Todavia, criticava a ausência do discurso antirracista por parte delas. O estabelecimento de vínculos entre os associativismos negros

e essa nova esquerda era estimulado – em níveis diferentes, é verdade – pela atividade política levada à frente por pessoas negras e se fez presente na fortuna crítica do pensamento social afro-brasileiro do período.

Um dos exemplos mais significativos dos esforços analíticos em tela encontra-se na obra de Clóvis Moura que, ao refletir sobre os caminhos de uma sociologia da práxis afro-brasileira ao menos desde o final dos anos 1950, construiu uma sofisticada análise materialista do capitalismo racial brasileiro, erigido no processo histórico de transição do “escravismo tardio” para a sociedade competitiva de tipo dependente característica do Brasil (MOURA, 1994). Esse importante processo de maturação de sua obra ao longo das três últimas décadas do século passado foi concomitante à sua aproximação com os movimentos negros durante a década de 1970. Daí ter sido ele um dos pioneiros em conferir protagonismo às lutas sociais negras na trajetória nacional – analogamente à ciência social de então no que tange à centralidade das movimentações populares para a compreensão do país.

Em uma complexa relação de proximidade e afastamento com as linguagens políticas da esquerda, bem como com o pensamento marxista então em voga, intelectuais como Moura enegreceram o marxismo e a tradição crítica no pensamento brasileiro, expondo suas limitações concernentes à questão racial e metamorfoseando a figura política revolucionária fantasmagórica da esquerda, ao apontar para o protagonismo político-intelectual negro num eventual processo de transformação social radical. Provavelmente em função de suas origens pecevistas, Moura reverbera a terminologia dualista, mas a combinação entre atraso e modernidade já se anuncia em sua obra:

Essa divisão do trabalho, reflexo de uma estrutura social rigidamente estratificada, ainda persiste em nossos dias de forma significativa. Assim como a sociedade brasileira não se democratizou em suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou em suas relações raciais. Por essa razão, aquela herança negativa que vem da forma como a sociedade escravista teve início e se desenvolveu ainda tem presença no bojo da estrutura altamente competitiva do capitalismo dependente que se formou em seguida. Por essa razão, a mobilidade social para o negro descendente do antigo escravo é muito pequena no espaço social. Ele foi praticamente imobilizado por mecanismos seletivos que a estratégia das classes dominantes estabeleceu. Para que isso funcionasse eficazmente, foi criado um amplo painel ideológico para explicar e/ou justificar essa imobilização estrategicamente montada. (MOURA, 2019, p. 103).

Em termos mais nitidamente antidualistas do que em Moura, Gonzalez assevera, a partir da conclusão de que a maioria da população negra brasileira situa-se em regiões economicamente mais atrasadas:

Seria possível [...] afirmar que o racismo não passaria de um arcaísmo cuja persistência histórica, mais dia menos dia, acabaria por se esfacelar diante das exigências da sociedade capitalista moderna. Mas [...] os problemas relacionados à integração dos sistemas impõem padrões específicos de integração social. É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua

eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. [...] Em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico), ela [a população negra] se configura como exército industrial de reserva. (GONZALEZ, 2020a, p. 29).

A pluralidade do pensamento social afro-brasileiro do final do século XX pode ser evidenciada nos estudos dos imbricamentos entre raça, gênero e classe por parte dos feminismos negros. Superar a branquidade do feminismo e o masculinismo dos círculos de debate e mobilização dos associativismos negros constituía o desafio capitaneado por intelectuais negras ligadas ao processo de autonomização dos movimentos de mulheres negras a partir do final dos anos 1970. Elas trouxeram à tona a centralidade da reflexão em torno da situação específica das mulheres negras com base na coadunação epistêmica das categorias de raça, gênero e classe como modo de (re)interpretar criticamente a sociedade brasileira.

Dentre as contribuições do pensamento social feminista negro erigido à época, a obra de Lélia Gonzalez figura entre as mais influentes e de maior fortuna crítica. Gonzalez evidenciou o papel central do racismo e do sexismo na configuração da dinâmica brasileira entre capital e trabalho com base em conceitos como o de “superexploração sexual” da força de trabalho da população negra, mais especificamente das mulheres negras, em termos de raça, gênero e classe (GONZALEZ, 2020b). Daí a ideia da mulher negra como elemento determinante da reprodução das desigualdades socioeconômicas na sociedade brasileira – e, portanto, também como figura central na resistência popular às opressões estruturais.

Nosso pensamento negro produziu, na figura de intérpretes do Brasil como Lélia Gonzalez e Clóvis Moura, diagnósticos representantes dos pontos mais elevados da imaginação crítica nacional e afrodiaspórica durante as três últimas décadas do século XX. Ao romper com a dialética da adequação transgressora, também conhecida, negativamente, como estratégia assimilacionista, tais intelectuais e militantes afro-brasileiros elaboraram contundentes críticas não somente às condutas das gerações mobilizadoras dos movimentos negros que lhes precederam, mas, sobretudo, à parte significativa da fortuna crítica do pensamento social brasileiro de maior prestígio.

Contra a perspectiva dualista recorrente em nosso pensamento social, que classificava o preconceito racial como marca do atraso brasileiro, expresso, por sua vez, em comportamentos individuais isolados e patológicos, intelectuais negras e negros trouxeram à tona diagnósticos acerca do racismo e dos múltiplos imbricamentos entre raça, classe e gênero, identificando-os como sistemas de opressão de corpos negros. Junto ao sexismo e à exploração de classe, o racismo enquanto sistema de opressão operaria como elemento estruturante do tipo específico de sociedade capitalista derivada de um processo histórico de modernização conservadora no Brasil – um capitalismo racial-sexual dependente.

Desse fato é possível desdobrar a seguinte hipótese: as gramáticas do pensamento social afro-brasileiro erigidas entre as décadas de 1970 e 1990 gestaram as bases indubitavelmente originais das reflexões contemporâneas em torno de uma perspectiva crítico-estrutural do racismo à brasileira. Tal indicação pode ser observada nas contribuições de Clóvis Moura e Lélia Gonzalez, revistas aqui sucintamente.

Conjuntamente, ao subverter os papéis sociais relegados às pessoas negras, os protagonistas desse processo de lutas por mudança social também construíram formas de relação entre identidade e política centradas na gênese de uma identidade política afro-brasileira: ela mesma constitutiva, e transformadora, da sociedade, como se vê atualmente.

Os pontos previamente apresentados – a perspectiva crítico-estrutural do racismo na interpretação do país e a afirmação de lugares enunciadores negros e de mulheres negras com base na construção política de uma identidade afro-brasileira – configuram dois dos mais importantes legados epistêmicos dessas gerações mobilizadoras da luta antirracista que, junto a intelectuais negros relativamente próximos aos associativismos negros à época, deram vida aos impulsos analíticos do pensamento afro-brasileiro e à sua fortuna crítica no pós-1964.

POLÍTICAS PÚBLICAS: O RETORNO AO DUALISMO E A EMERGÊNCIA DO LULISMO

No entanto, a última década do século XX trouxe mudanças no quadro sociopolítico do país: refluí paulatinamente a força dos movimentos populares brasileiros por razões que extrapolam o escopo deste artigo. Maria da Glória Gohn comenta a respeito: “nos anos 1990, quando se entra na fase da institucionalidade”, por conta da nova Constituição, “para muitos [...] ‘a era dos movimentos [...] acabou’. Porque se trata de construir a institucionalidade do país”, indo além: “Um número grande de pessoas que estudaram os movimentos sociais, nos anos 1990 não só abandonaram o tema como até passaram a estudar mais a institucionalidade mesmo” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 266). O fenômeno real, no âmbito da sociedade civil de extração popular, deixou de ser tão presente e radicalizado – no que foi acompanhado por um arrefecimento do interesse intelectual nele. No campo acadêmico das ciências sociais, o grupo de trabalho dedicado aos movimentos sociais urbanos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) chegou a se extinguir nos últimos anos do milênio. Seu homólogo versando sobre políticas públicas, já existente, prosseguiu nos anos seguintes. (ANPOCS, 2002). Impunha-se um retorno do Estado como objeto científico privilegiado para o pensamento brasileiro por meio de temas ascendentes: a participação social regulada institucionalmente e as políticas públicas.

Estariam os trabalhadores voltando para o fundo do palco político, reassumindo os intelectuais vinculados à nossa tradição estatal-nacional o lugar protagonístico perdido? Estaria ultrapassada a geração – nas palavras de Vera da Silva Telles – pautada “por um tipo de debate propiciado pelo Chico [de Oliveira]”, a respeito da

“modernização brasileira”, assim como por “toda a crítica ao populismo, com o Weffort desempenhando um papel fundamental” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 321)?

O advento do lulismo nos leva a responder positivamente, embora não em definitivo. O fato de André Singer desenvolver esse conceito, para pensar o Brasil do século XXI, a partir da teorização weffortiana do populismo – em seu diagnóstico crítico do período nacional-desenvolvimentista pré-64 (SINGER, 2012, p. 33) – revela a probabilidade de estarmos vivendo um resgate histórico do dualismo. Resgate conduzido por vários egressos do campo popular que combateram a modernização conservadora e por diversos intelectuais que antes interpretaram o Brasil à maneira antidualista. Essa é a razão pela qual o dualismo não é contemporaneamente reivindicado em termos teóricos ou normativos. Ele se expressa por meio do paradigma agora dominante das políticas públicas, as quais seriam capazes de democratizar substancialmente o país.

Com a disposição para mudar o país através de um esforço de construção de um Estado de bem-estar social na periferia do capitalismo, o paradigma estatal-nacional ressurgiu com força na cena política. O que trouxe como consequência uma aceleração do tempo histórico: uma crítica – de esquerda – ao Estado, na era das políticas públicas e do lulismo, já parece não fazer sentido. E o retorno ao dualismo no pensamento social brasileiro, daí decorrente, nos exige ressaltar a precaução metodológica em torno do anacronismo nos estudos sobre pensamento, ao reexaminarmos nosso passado de ideias críticas à centralidade da agência estatal-nacional na promoção da modernização. Era “natural” se opor ao Estado no pós-1964 como hoje é “óbvio” apostar nele. Ainda mais se os críticos da institucionalidade estatal – antes citados – foram protagonistas da mesma institucionalidade sob os governos FHC (Francisco Weffort, José Álvaro Moisés) e Lula (Paul Singer, Marco Aurélio Garcia). Em relação a Weffort e Moisés, o fazemos abandonando o PT e aderindo ao caminho aberto anos antes por Fernando Henrique Cardoso no MDB e depois o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de retorno ao dualismo em sua versão atualizada pelo neoliberalismo. (GONÇALVES, 2018). Quanto a Paul Singer e Marco Aurélio Garcia, sendo protagonistas da transição daquele campo popular petista ao fenômeno do lulismo teorizado por André Singer.

Diminuía, assim, a desconfiança em relação às possibilidades de modernizar a sociedade brasileira sob o capitalismo. Grande parte da intelectualidade brasileira passou a crer que a modernização talvez não fosse inevitavelmente conservadora. É possível que não tenha sido esse o caso do pensamento negro brasileiro e da crítica afrocentrada ao dualismo, dada sua ênfase na funcionalidade do racismo para nossa modernização capitalista. Sua histórica invisibilização, como demonstrado a seguir, pode ter contribuído para o resgate – até mesmo acrítico – do dualismo no pensamento brasileiro³.

3 Essa interessante hipótese foi aventada pelos pareceristas e aqui acolhida.

MAPEAMENTOS DO PENSAMENTO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Nesta parte nos debruçamos sobre alguns mapeamentos fundamentais que elegem quais autores seriam canônicos no pensamento social brasileiro – e, então, como o golpe de 64 teria impactado nossa produção intelectual e ciência social a ponto de acarretar alterações no cânone. Partimos de marcadores sociais de classe, raça e gênero, de modo a configurar uma perspectiva interseccional (COLLINS, 2022). O pressuposto é que a emergência do tema das classes populares – em chave positiva – no pensamento brasileiro está referida também ao registro de intérpretes canônicos do Brasil, de origem social popular, de cor negra e do gênero feminino naqueles mapeamentos. A origem popular é definida pela ocorrência simultânea, nos dados biográficos, de três fatores: necessidade de assalariamento, ausência de patrimônio razoável e de redes de apoio social junto aos poderes econômico e político.

Tal correlação se daria em função do reconhecimento da agência das classes populares pelo campo intelectual se desdobrar na visibilidade de autores de origem ou trajetória biográfica marcada pela subalternidade social. A percepção aguçada de atores populares (mobilizados politicamente), desenvolvida pela ciência social nos pós-1964, teria envolvido também o campo de estudos do pensamento brasileiro. Não verificamos aqui os temas abordados pelos autores canônicos, registro importante que fica para outro artigo – assim como a nossa hipótese de fundo: a de que a agenda dualista modernizadora hegemônica no nosso pensamento, protagonizada por intelectuais liberais ou nacionalistas mais ou menos elitizados, foi desafiada por uma agenda antidualista expressa por intelectuais vinculados à movimentação popular questionadora do padrão capitalista periférico.

Os mapeamentos são os seguintes: os de Fernando Azevedo (1943), Costa Pinto e Edison Carneiro (1955), Guerreiro Ramos (1955), Djacir Menezes (1956) e Florestan Fernandes (1957) – todos anteriores a 1964 e consultados por meio de Wanderley Guilherme dos Santos (1967), que os analisou pioneiramente; o mapeamento do mesmo Santos (1970), posterior ao golpe; os de Lúcia Lippi Oliveira (1999), Octavio Ianni (2004), Gildo Marçal Brandão (2007), André Botelho e Lilia Schwarcz (2009) e Christian Lynch (2016) – já pós-redemocratização.

Foge ao escopo deste artigo discutir os critérios norteadores de cada mapeamento. Vale indicar que alguns foram baseados em levantamentos, quer de trabalhos apresentados em eventos científicos (Oliveira), quer de teses/dissertações (Lynch). Nesses casos, identificou-se o pensador canônico por meio dos títulos dos trabalhos: não houve contabilização nas situações em que não há menção ao nome do autor. Também não contamos nas raras vezes em que o cânone incluiu intelectuais que não se expressam privilegiadamente pela escrita (Candido Portinari, Oscar Niemeyer, Lina Bo Bardi, políticos cujos discursos foram analisados). Os mapeamentos de Santos, Brandão e Lynch restringem-se, em menor ou maior grau, ao pensamento político brasileiro – mas ainda assim são relevantes para nosso fim, mormente no primeiro caso, confeccionado quando as fronteiras disciplinares internas às ciências sociais eram menos demarcadas. Os poucos autores cujos dados biográficos

básicos se mostraram inacessíveis, por ora, foram excluídos. Mantivemos os autores estrangeiros presentes nos mapeamentos.

É inerente ao campo de estudos do pensamento brasileiro a remissão ao passado, razão pela qual as diferentes temporalidades mobilizadas analiticamente pelas pesquisas na área constituem um complexo desafio quando se pretende relacionar autores e temas, contextos e textos, intelectuais e ideias. Há dois fatores ligados direta ou indiretamente às balizas constitutivas de cada mapeamento, que complexificam a análise (por isso, os deixamos de lado): o corte temporal acionado – o de Santos, por exemplo, restringe-se a intelectuais que viveram o golpe de 64 – e o porte do campo de estudos do pensamento social brasileiro, maior e já consolidado após a redemocratização. Há diferentes historicidades aqui, tal como diferentes sociologias das ideias. Para ilustrar: os mapeamentos de Azevedo, Menezes e Fernandes baseiam-se na institucionalização universitária das ciências humanas no país, excluindo então todo pensamento brasileiro anterior (SANTOS, 1967, p. 185).

De qualquer forma, fazemos por ora apontamentos preliminares sobre mudanças estruturais na trajetória do pensamento e ciência sociais nacionais, com ênfase no divisor de águas histórico que é 1964. Chegamos então à Tabela 1, elaborada por nós⁴.

4 As tabelas com a identificação dos intelectuais mapeados (disponíveis em: <https://shorturl.at/vxF3p>) foram elaboradas com o auxílio das bolsistas de iniciação científica (da UFRRJ) Tainná Michaeli do Amaral, Jannyne França de Souza e Melissa Ruiz Eggers.

Autor(a) do mapeamento intelectual	Ano	Total de intelectuais	Total de mulheres	Total de negros	Total – origem não elitizada	Porcentagem mulheres	Porcentagem negros	Porcentagem – origem não elitizada
F. Azevedo	1943	40	3	2	8	7,5%	5%	20%
C. Pinto e E. Carneiro	1955	10	0	0	0	0%	0%	0%
G. Ramos	1955	21	0	0	0	0%	0%	0%
D. Menezes	1956	41	1	3	7	2,4%	7,3%	17%
F. Fernandes	1957	23	1	0	2	4,3%	0%	8,7%
W. G. Santos	1970	37	0	0	8	0%	0%	21,6%
L. L. Oliveira	1999	29	0	3	5	0%	10,3%	17,2%
O. Ianni	2004	28	0	2	7	0%	7,1%	25%
G. M. Brandão	2007	18	0	1	3	0%	5,6%	16,7%
A. Botelho e L. Schwarcz	2009	28	2	2	6	7,1%	7,1%	21,4%
C. Lynch	2016	20	0	1	2	0%	5%	10%

Tabela 1 – Mapeamento do pensamento brasileiro: comparação por classe, raça e gênero. Elaboração dos Autores com base em: <https://shorturl.at/vxF3p>

Nota-se de imediato que a presença de intelectuais negros e de origem popular (ou não elitizada) apresenta algum incremento no pós-1964, especialmente no período democrático – uma vez que o mapeamento de Santos é publicado em pleno regime ditatorial. O mesmo não se verifica com as mulheres. Se considerarmos que os dados extraídos de Azevedo discrepam razoavelmente dos demais datados de antes do golpe, até mesmo a presença de mulheres apresentaria melhor expressão sob a democracia, ainda que apenas num mapeamento (Botelho e Schwarcz). O menor peso de mulheres também pode se dar em razão da conhecida maior masculinização da ciência política (três mapeamentos são circunscritos ao pensamento político, todos no pós-golpe).

Ainda sobre a presença feminina, registre-se que não há mulheres negras: a contínua invisibilidade de intelectuais nacionais é notória na perspectiva interseccional. Sendo todos os intelectuais negros homens, alguns poucos se repetem em mais de um mapeamento. E se o peso deles aumentou a partir de fins do século XX, foi em grau menor do que o crescimento da participação de intelectuais (negros ou brancos) de origem subalterna ou modesta, que vai ganhando corpo com o tempo: sempre da ordem de dois dígitos percentuais no pós-1964.

As informações consolidadas sugerem o óbvio: o patriarcado, o racismo estrutural e o classismo persistem marcando a sociedade e o pensamento nacionais. A manutenção de uma característica central dos estudos acerca dos intérpretes do Brasil – a hegemonia de um pensamento social masculinizado, embranquecido e elitizado – se evidencia pela baixa representatividade de mulheres brancas e homens negros e, especialmente, pela total ausência de mulheres negras no cânone em tela. Por outro lado, a renovação do pensamento social brasileiro posterior ao golpe de

1964, centrada na observação mais minuciosa das potencialidades e realizações das mobilizações populares e dos movimentos negro e feminista na cena política dos anos 1970 e 1980, produziu uma tendência contrária aos historicamente dominantes vetores da desigualdade econômica, do racismo e do sexismo, de pesadas consequências nas dimensões epistêmica e acadêmica. O(s) cânone(s), a partir da democratização, apresenta(m) mais frequentemente pensadores fora do perfil clássico definido por Santos (1970, p. 137): “homens de percepção educada” (quase sempre brancos e pertencentes às camadas sociais dominantes, acrescentamos).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Decerto que podemos olhar a trajetória apresentada por meio de suas continuidades. A geração intelectual que apoiou os movimentos sociais e pensou o Brasil a partir deles no pós-1964 teria, a seguir, auxiliado a conversão das reivindicações populares em políticas públicas, notadamente via lulismo. Igualmente, o movimento negro e o pensamento afro-brasileiro dos mesmos anos – e os posteriores “identitarismo” e decolonialismo – teriam se desdobrado nas ações afirmativas sob direção estatal. Mas como nosso eixo analítico gira em torno do dualismo e de sua crítica, realçamos as descontinuidades na ciência e pensamento social.

Sendo assim, ainda ecoam alertas importantes para o Brasil do século XXI, de parte de quem promoveu a renovação do pensamento nacional após o golpe: “a força dessa figuração protagônica do Estado tem como suposto o apagamento do registro público da diversidade das práticas e projetos políticos”, bem como “o ‘esquecimento’ das alternativas que se colocaram em cada presente” (TELLES, 1988, p. 282). No mesmo diapasão, Sader (1986, p. 281) adverte sobre o anacronismo: “Se hoje a imagem de uma exterioridade da sociedade frente ao Estado não se sustenta [...] é importante lembrar que foi através dela que pudemos descobrir que havia [...] algo mais para além do Estado”, o que permitiu ao país perceber “formas de sociabilidade regidas por critérios distintos de identidade” por parte das classes populares, “capazes de engendrar ações dotadas de sentido político”.

Se a ciência e o pensamento social nacionais dos anos 1970 e 1980 enfrentaram uma tradição elitista nas interpretações do Brasil, denunciando a incapacidade estatal de evitar a face conservadora da modernização nacional, as intelectualidades negra e feminista prosseguiram com esse legado. Acrescentaram criticamente ao classismo os marcadores de raça e gênero numa compreensão radical da trajetória brasileira, desnudando que nosso capitalismo periférico se assenta barbaramente sobre as camadas subalternizadas. Tal qual a exploração do trabalho, o racismo estrutural e o patriarcado não são da ordem do atraso.

SOBRE OS AUTORES

MARCO ANTONIO PERRUSO é professor associado de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
trogao@bol.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-8320-4102>

GUILHERME PESSOA é mestrando em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
pessoagui73@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0728-1373>

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1943.
- ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. *O livro dos nomes da Anpocs: Jubileu de Prata 1977-2002*. São Paulo: Anpocs, 2002.
- ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRANT, Vinícius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Rio de Janeiro: Vozes/Cebrap, 1980, p. 9-27.
- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 313-350.
- COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, 2007, p. 100-122. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.
- FERNANDES, Florestan. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. *Anhembi*, n. 75-76, 1957.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: a (auto)construção de um movimento operário – notas para discussão. *Desvios*, n. 1, 1982, p. 10-27.
- GONÇALVES, Rodrigo Santaella. *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

- GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos (Org.). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 9-66.
- GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a, p. 25-44.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b, p. 139-151.
- IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Florianópolis: Edusc, 2004.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, 2016, p. 75-119. <https://doi.org/10.1590/0103-335220161904>.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MENEZES, Djacir. La sociología en Brasil. In: GURVITCH, George; MOORE, Wilbert E. (Org.). *Sociología del siglo XX*. Buenos Aires: El Ateneo, 1956, p. 197-225. (Estudios sociológicos en los diferentes países).
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebap*, n. 2, 1972, p. 3-82.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999, p. 147-181.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PERRUSO, Marco Antonio. Classificações do pensamento brasileiro em perspectiva sociológica. *Lua Nova*, n. 111, 2020, p. 211-248. <https://doi.org/10.1590/0102-211248/111>.
- PERRUSO, Marco Antonio; ARAUJO, Mônica da Silva (Org.). *Ciência e política: memórias de intelectuais*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- PINTO, Luiz de Aguiar Costa; CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Capes, 1955.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados, de 1870 a nossos dias. I Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo, 1955.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A imaginação político-social brasileira. *Dados*, n. 2-3, 1967, p. 182-193. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/en/artigos/?id=19>. Acesso em: 04.09.2024.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*, n. 7, 1970, p. 137-161. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/en/artigos/?id=58>. Acesso em: 04.09.2024.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.
- SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo José (Org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 35-53.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra/Cedec/UNRISD, 1988, p. 247-283.
- VIANNA, Luiz Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. In: VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da Abertura à Constituinte 86*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986, p. 177-207.